

PARA O ACERVO DE RARIDADES: UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

FRANCISCO CARLOS BAQUEIRO VIDAL*

O TRABALHO DE Reginaldo Souza Santos intitulado “Em Busca da Apreensão de um Conceito Para a Administração Política”, a ser aqui brevemente comentado, tende a inscrever-se em, ou mesmo a desbravar, um campo *sui generis*: o da epistemologia na ciência da administração. De fato, não deve restar dúvida desse caráter da ciência administrativa, historicamente avessa a discussões epistemológicas, como também, a rigor, a maiores teorizações, em virtude de se tratar, conforme apontado no próprio trabalho, de uma disciplina científica dotada de racionalidade instrumental exacerbada.

De imediato, cabe analisar um interessante ponto levantado pelo autor: o porquê de o objeto da ciência da administração ser a gestão e não a organização (*locus* privilegiado do referido objeto), contrariando o pensamento estabelecido nesse campo do conhecimento. Ainda segundo o autor, a organização nem sequer seria um objeto exclusivo desse ramo científico. Uma réplica mais elaborada dos teóricos convencionais da administração pode ser conhecida *a priori*: admitirão que, do ponto de vista material, a organização não se constitui efetivamente em objeto exclusivo dessa disciplina científica; mas que, do ponto de vista formal, a situação é bem diversa, já que a organização seria, aí sim, passível de tratamento específico, peculiar, por parte daquela. Desse modo, continuariam argumentando tais teóricos, o fato de a ciência administrativa não possuir um objeto material exclusivamente seu não representaria maior problema, já que a possibili-

* Mestre em Administração, na área de Instituições e Políticas Públicas, pela Universidade Federal da Bahia.

dade de desfrutar de um objeto formal próprio resolveria a questão, garantindo-lhe, de quebra, o *status* científico. Mas, não obstante a maior concretude relativa desse objeto (a organização), como explicar a histórica dificuldade do estudante de administração em se posicionar diante do objeto próprio de sua ciência?¹ Acaso não seria a organização, mesmo em seu sentido ampliado (isto é, ultrapassando muito o âmbito das corporações privadas e situando-se mais propriamente no campo das instituições), um objeto muito mais visível que outros, de outras disciplinas científicas?

Certo, a organização constitui-se em objeto de pesquisa privilegiado — na verdade, o objeto de pesquisa por excelência — no campo da administração. Mas daí a se postular que aquela representa o elemento caracterizador dessa disciplina científica, já há grande distância. Curioso é o fato de, para outras ciências sociais que também se debruçam sobre a organização, esta não constituir seu objeto próprio, mas sim mero objeto de pesquisa ou estudo particular. Essa analogia com outras ciências sociais, também invocada no texto de Reginaldo Santos, é exemplar: o que as caracteriza enquanto tais não são as formas aparentes (organizações produtivas, instituições de poder e organismos sociais, para os exemplos da economia, ciência política e sociologia, respectivamente) nas quais habitam seus verdadeiros objetos (relações de produção e distribuição; relações de poder e dominação; e relações sociais, também, respectivamente, para os exemplos da economia, ciência política e sociologia), mas sim estes últimos. Desse modo, a lição parece óbvia: a organização não pode representar um fim em si mesma, e a tentativa de transformá-la em objeto demarcador de uma determinada ciência constitui uma frágil teoria.

Torna-se importante, então, desvelar as razões que, historicamente, provocaram esses percalços na epistemologia da administração, vale dizer, no próprio entendimento acerca de sua natureza científica. Como bem lembra o autor, a administração nasceu como um ramo científico auxiliar da economia, mais precisamente em sua vertente neoclássica, a partir de fins do século XIX. Essa última, por sua vez, representou, em grande medida, uma tentativa — relativamente bem-sucedida, diga-se de passagem — de congelar ou mesmo sepultar o debate travado na economia política clássica. Nas palavras de Celso Furtado (1974), a economia neoclássica

1 A piadinha repetida por estudantes de outras ciências, mas inclusive por aqueles de administração, de que “o estudante de administração é aquele que não sabe ao certo o que deseja cursar, isto é, o que quer fazer”, assim o atesta.

refletiu, desde o início, uma ideologia defensiva com o propósito de contornar as contradições visíveis da economia clássica, apontadas por seus críticos teóricos socialistas, que se valiam especialmente da teoria do valor-trabalho. Desse modo, a economia política, durante a era neoclássica, enfraqueceu-se sobremodo: já não cabia mais, para os teóricos neoclássicos, qualquer discussão de natureza redistributiva, pois a ordem social então vigente era a que permitia a utilização mais racional possível dos recursos disponíveis. Essa visão tão distorcida da realidade social só poderia mesmo desaguar na teoria do equilíbrio geral. Assim, a ciência econômica foi constrangida a seguir a trilha rígida do positivismo lógico, para deleite dos que sempre buscaram construir as ciências sociais “puras”, à semelhança de outras ciências. Elaboraram-se mais e mais modelos abstratos inspirados na matemática, destinados, a princípio, a explicar a realidade social (como uma aproximação); mas utilizados, daí em diante, com zelo ideológico crescente, para enquadrar essa mesma realidade social nos parâmetros estabelecidos para ditos modelos. A administração, enquanto ramo científico derivado da economia neoclássica, só poderia ter sido fortemente influenciada por tais idéias. Em suma, e tomando-se de empréstimo, de agora em diante, o sentido do termo profissional empregado por Reginaldo Santos, economia e economista profissionais, de um lado, e administração e administrador profissionais, de outro, tornaram-se exemplos típicos da razão instrumental exacerbada. Portanto a administração, em particular, é considerada uma ciência positiva, que se vale de métodos e instrumentos racionais para o alcance de objetivos, independentemente de quaisquer juízos de valor ou colocações éticas. Não cabem maiores considerações acerca dos últimos, pois se imagina que isso já está dado ou, quando muito, já foi fruto de intensa discussão anterior; especular a esse respeito pertence ao bizarro (para velhos e novos positivistas) mundo da metafísica. Não há que estranhar, pois, que o profissional de administração seja revestido de tamanha funcionalidade, especialmente no que se refere às organizações voltadas para o mercado capitalista.

Entendidas as origens da ciência administrativa, quer dizer, suas vinculações históricas com a ciência econômica neoclássica, não se pode deixar de salientar, ainda que de passagem, que o acentuado empobrecimento atual dos conteúdos teóricos da primeira tende a ser um reflexo de um outro processo de empobrecimento, este último da segunda. Com efeito, e sobretudo nos anos 90 do século XX para o caso brasileiro, a entronização

do chamado pensamento único tornou mais escasso o debate nas ciências sociais, em especial no campo da economia.² Destarte, no âmbito da ciência da administração, se já não havia muito espaço para discussões teóricas mais aprofundadas (pelas razões já apontadas), aquele praticamente desapareceu. Como conseqüência, os fenômenos passaram a ser, nunca como antes, mitificados, mostrados como completamente isentos de contradições. O repertório de mitos é vasto, mas convém ressaltar alguns dos principais. A globalização, por exemplo, é apresentada como verdadeira explosão do comércio internacional, sem precedentes históricos,³ ou mesmo, em tons de fanatismo, como uma nova aurora para a humanidade;⁴ e que estaria a determinar, de forma implacável, os destinos das instituições/organizações e pessoas, as quais só teriam, como única escolha, de se ajustar inteiramente às exigências de tal fenômeno.

Já o termo “gestão”, tão em voga no ensino atual das escolas de administração brasileiras, é empregado no sentido restrito do gerenciamento de negócios privados, ignorando-se completamente sua dimensão global,

2 Entende-se aqui que a prevalência desse pensamento único durante o aludido período deveu-se essencialmente ao retorno hegemônico do ideário liberal, agora rebatizado de neoliberalismo.

3 Nesse caso, esconde-se deliberadamente que a globalização é essencialmente financeira (financeirização global), bem como o fato de que o atual estágio do comércio internacional de bens (considerando-se importações mais exportações como proporção dos produtos nacionais) ainda não atingiu, em geral, seu auge histórico, verificado no período 1870-1913. Nem mesmo em velocidade o comércio externo dos “anos da globalização” (pós-1973, mas especialmente as décadas dos 80 e 90), marcados por acentuada desregulação dos capitais, se sai melhor em comparações históricas; como, por exemplo, com os “anos dourados” do capitalismo (período 1950-1973, aproximadamente), estes últimos, vale lembrar, marcados por grande crescimento econômico (especialmente nos países centrais) e forte regulamentação estatal sobre os capitais. Quanto aos decantados investimentos produtivos, basta lembrar que estes se encontram extremamente concentrados nos países centrais comandados pela chamada Tríade, quer dizer, por Estados Unidos, Alemanha e Japão. Consulte-se a respeito José Carlos de Souza Braga (1998, pp. 195-242); François Chesnais (1996); José Luís Fiori (1997); Paul Hirst; Grahame Thompson (1998); e Maria da Conceição Tavares; Luiz Eduardo Melin (1998, pp. 55-86). Quanto à posição, hoje, do Brasil no comércio internacional, talvez o argumento mais vulgar seja o que tenta construir, miticamente, em oposição ao idealizado momento atual, um terrível passado autárquico, quando não xenófobo, algo que uma rápida olhada na histórica pauta de importações brasileiras trata de desmentir ou mesmo tornar risível.

4 Tome-se como exemplo gritante dessa tola euforia a seguinte afirmação: “[. . .] agora que chegou ao fim o feroz confronto ideológico desencadeado pela colisão de «ismos» deste século [XX], um número maior de pessoas de mais pontos do globo, mais do que em qualquer época anterior, vem reivindicar seu lugar na história. Deixando para trás séculos, até milênios, de obscuridade na floresta, no deserto e no isolamento rural, essas pessoas exigem da comunidade mundial — e da economia global que a interliga — uma vida decente para si mesmas e uma vida melhor para seus filhos. Uma geração atrás, mesmo uma década atrás, a maioria delas era silenciosa e invisível como sempre fora. Isso deixou de ser verdade: elas entraram na história pedindo a desforra e têm exigências — exigências econômicas — a fazer” (Kenichi Ohmae, 1996, p. 27).

quer dizer, a gestão do próprio modo de produção capitalista. Além disso, ao que tudo indica, tanto mais estreita ou medíocre tem sido sua acepção quanto mais subordinada é a posição ocupada na divisão espacial ou inter-regional do trabalho (dentro do raio de ação da própria globalização, evidentemente, lembrando-se que há muitos espaços do globo simplesmente excluídos desse fenômeno). Então, no caso dos espaços nacionais e sub-nacionais mais subordinados (por exemplo, a América Latina, em geral, em relação aos países centrais do capitalismo; e o Nordeste em relação às regiões economicamente mais avançadas do país, para o caso brasileiro), a gestão passa a ser considerada quase exclusivamente como o gerenciamento de pequenas empresas (não necessariamente de pequenos negócios), tornando-se emblemáticas as noções de empreendedorismo e empreendedor, este último como aquele que não necessita desenvolver continuamente uma capacidade empresarial em um determinado ramo da economia, mas sim detectar todas as oportunidades possíveis de negócios no mercado — daí seu caráter “oportunista” —, ainda que aquelas sejam meramente passageiras.⁵ Pior ocorre na área de relações humanas, nas quais as clássicas teorias comportamentalistas (discutíveis, é bem verdade, só que portadoras de um certo nível teórico aceitável) são substituídas por outras “teorias”, que, o mais das vezes, limitam-se a exortações pretensamente motivacionais,

5 Não há que estranhar, pois, que as pequenas e microempresas tenham sido eleitas, pelo pensamento atualmente hegemônico, como o novo eixo estratégico de desenvolvimento para os espaços subordinados. A ideologia da micro e pequena empresa — muito barulhenta, por sinal, especialmente nos “cultos” das instituições que a promovem —, talvez alimentada pela idéia que assegura que o mundo é agora pós-industrial, tendo já ingressado numa “era de serviços”, contém certa dose de lirismo, o qual se expressa no *slogan* que afirma que “o pequeno é belo”. Entretanto, sob a ótica da competição intercapitalista como ela de fato se trava, ou seja, sem lugar para lirismos — sobretudo na esfera dos pequenos capitais —, não resta lugar a dúvidas de que a possibilidade do pequeno capital se achar belo é belíssima para os interesses do grande capital, pois configura uma verdadeira ideologia dos tolos. Estranho mundo este, enfim, onde tanto se celebram as micro e pequenas empresas como tábua de salvação para a economia, mas onde também se disputam ferozmente os grandes investimentos industriais. Especificamente sobre as possibilidades e os limites da pequena e média indústria no desenvolvimento capitalista atual, com destaque para a análise de modelos de distritos industriais e tecnopólos, ainda em voga, destaque-se a seguinte advertência: “A partir do início da década de 1970 e até meados da década seguinte, assistimos a algo que poderíamos chamar de limiar da terceira revolução industrial, com a biotecnologia e os novos materiais dando seus primeiros passos enquanto a microeletrônica e a informática ultrapassavam boa parte de sua fase «laboratorial», massificando e banalizando a produção de importantes segmentos de bens finais e intermediários. É bom lembrar que esse período da fase «pré-massiva» constitui normalmente um viveiro de PMI [pequena e média indústria], até que o domínio técnico, comercial e financeiro da produção reponha a questão de escalas e uma certa padronização, exigindo, de novo, o grande capital. Assim, amadurecidas as «novas formas de produzir», a estrutura industrial subordinar-se-á ao grande capital, pela reconcentração da grande empresa industrial ou pelo domínio do capital financeiro, sempre avesso ao apoio à PMI [pequena e média indústria]” (Cano, 1995, pp. 174-5).

apelando, de quebra, para certo esoterismo.⁶ Em outras oportunidades, trata-se de dar nomes novos a conceitos já anteriormente desenvolvidos por outros teóricos (copiando-se literalmente o significado, naturalmente), caso consagrado dos famosos “gurus” do *marketing*. Nesse vagalhão de tolices e superficialidades, para não dizer mediocridades, não causa espanto o verdadeiro surto da criação de cursos de graduação em administração, com seus mentores tomando os devidos cuidados para vincular suas habilitações específicas, bem como seus conteúdos “teóricos”, aos atuais modismos que pululam na literatura voltada para negócios, pautada numa espécie de auto-ajuda empresarial.

Passe-se, agora, à discussão em torno da gestão enquanto objeto definidor da ciência da administração. Afinal, o que vem a ser a gestão? Reginaldo Santos propõe uma definição sucinta, porém precisa: trata-se da “implementação de uma determinada materialidade das relações sociais”, ou seja, o “como fazer”; enfatiza também — e isto é o mais importante da sua definição — que a essência da gestão “perpassa o espectro das relações sociais internas às organizações e se estabelece nos limites das relações sociais mais amplas, portanto no âmbito da sociedade”. Com isto, o autor procura pôr os termos em seus devidos lugares, ao ressaltar que a administração, em virtude da própria natureza do seu objeto, seria mais corretamente definida como administração política, à semelhança da economia política em relação à ciência econômica. Desse modo, e novamente segundo o autor, a *rationalité* da administração política não seria outra senão a concepção de um modelo macro de gestão para se alcançar o desenvolvimento; ou, em termos mais concretos, o gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade visando alcançar a finalidade do bem-estar pleno de toda a sociedade.

Neste ponto, talvez seja oportuno introduzir, à guisa de complemento ao texto, uma outra abordagem sobre o Estado e suas relações com a sociedade. Evidentemente, são várias as visões acerca do fenômeno estatal, todas elas variando em função do arcabouço teórico que as balizam. Nesta análise, assume-se que o Estado não é o fiador do “bem comum” de toda a sociedade, à maneira das teorias contratualistas clássicas e de outras delas derivadas; muito menos uma espécie de “mal necessário”, visão esta decor-

⁶ Postula-se aqui que a discussão nos cursos de Administração, em geral, em torno das idéias de autores como Argyris, Herzberg, Maslow e McGregor, por exemplo, tem sido sofrível, abrindo espaços para diversos embustes teóricos.

rente das teorias liberais e que se constitui, afortunadamente, em verdadeira impropriedade teórica.⁷ De outro modo, lembrando-se a contribuição seminal de Engels (1981), postula-se aqui que o Estado, especialmente o moderno Estado nacional, de natureza capitalista, é em essência um reflexo das contradições e conflitos da sociedade, vale dizer, das estruturas de dominação e lutas de classes nela presentes; embora aparentemente — e só mesmo aparentemente — busque apresentar-se como um ente neutro em relação aos interesses antagônicos das diferentes classes sociais. Sendo assim, também as ações estatais tendem a espelhar tal situação, o que implica afirmar que o Estado, nas sociedades capitalistas, é um agente que atua primordialmente em função dos interesses do capital. Do até aqui exposto, contudo, não se fique com a impressão de que o ente estatal não passa do “comitê executivo dos negócios da burguesia”, uma visão celebrizada por Marx e Engels (1998, p. 10) no já longínquo ano de 1848. Na verdade, somente em situações extremas o Estado assim se comporta; pois o que se busca, o mais das vezes, é a legitimação, em moldes “pacíficos”, das estruturas de dominação de classes, o que envolve certas concessões (políticas, sociais, econômicas) às classes subordinadas, que variam, por seu turno, de acordo com a própria correlação de forças das classes sociais envolvidas na contenda.

Se esta visão acerca do Estado e de seu funcionamento retrata mais fielmente a dinâmica das sociedades capitalistas, o processo de formação das necessidades sociais nessas mesmas sociedades adquire um caráter todo peculiar. As chamadas necessidades gerais, por exemplo, seriam praticamente inexistentes, pois corresponderiam à reunião de necessidades homogêneas, tanto para indivíduos como para classes sociais, algo somente possível no âmbito de pequenas comunidades políticas. Melhor falar então de necessidades coletivas, entendendo-as como formadas por interesses diferenciados ou mesmo, na maioria dos casos, contraditórios e antagônicos — e, por isso mesmo, somente passíveis de serem mediados pelo Estado. Aquelas necessidades coletivas que, mediante processo decisório político — seja qual for o regime —, passam a ser objeto de satisfação das atividades

7 A rigor, poder-se-ia classificá-la como uma excentricidade teórica, à moda própria das teorias liberais mais ortodoxas, pois essa abordagem tenta dar ao Estado um caráter inorgânico em relação à própria sociedade. Desse modo, e ao que tudo indica para ditas teorias, o Estado seria um ente externo à sociedade, surgindo não se sabe ao certo como e de onde, mas naquela se estabelecendo, permanentemente, em virtude de alguns benefícios auferidos pela própria sociedade.

estatais, ganham *status* de necessidades públicas, ainda que atendam somente a uma parcela, mais ou menos expressiva, de toda a população. Sendo assim, os sentidos do que são a esfera pública e as necessidades públicas alteram-se no tempo, alargando-se ou estreitando-se, na satisfação dos diferentes interesses das classes sociais, conforme o próprio contexto político, social e econômico. Bem se vê, portanto, que nem toda necessidade coletiva consegue tornar-se uma necessidade pública (vale dizer, merecedora de atenção do Estado), ainda que seja concreta e reclamada por segmentos expressivos ou até majoritários da população; bem como, de contrapartida, que nem toda necessidade pública (no sentido já anteriormente citado) satisfeita pela ação estatal tende a contribuir para o bem-estar pleno de toda a sociedade. É que as diferentes classes sociais lutam não apenas pelos resultados da produção econômica, mas também, e ainda que não tenham consciência plena disso, pela conquista do Estado, com intuito de nele fundar políticas que atendam aos seus interesses específicos. Desse modo, não apenas as classes excluídas, que têm suas necessidades não atendidas pelos mecanismos de mercado, fazem demandas ao ente estatal; também as classes hegemônicas — e sobretudo estas, de acordo com seu poder nas sociedades capitalistas — exigem determinadas ações (e até mesmo omissões) do Estado. Com efeito, a luta pelo controle do Estado tornou-se uma das principais nos séculos XIX e XX: ora as classes dominantes estiveram na defensiva, tendo sido o capital forçado a recuar, acatando o intervencionismo estatal; ora as classes subordinadas sofreram reveses, com a perda de direitos anteriormente conquistados por meio de intensas lutas sociais.

O que se pode extrair disso tudo, no que diz respeito ao objeto da ciência da administração (a gestão), é que, seja qual for o tipo de Estado (patrocinador do *laissez-faire* ou intervencionista), enquanto reflexo da própria correlação de forças sociais, algum modelo macro de gestão será sempre concebido, justamente para edificar a materialidade das relações sociais de que fala Reginaldo Santos, independentemente de se concordar ou não com ela, vale dizer, com o grau de abrangência social do bem-estar econômico gerado. Portanto, diante do exposto, pode-se fazer a seguinte pergunta: será que toda administração e toda economia não são essencialmente políticas? No caso da última disciplina científica, observe-se que as questões *o que, por que, quanto e para quem* produzir são inseparáveis de uma outra — e seguramente a mais importante —, a do *como distribuir* os

resultados da realização da produção. Já no caso da primeira, note-se que a questão do “como fazer” vincula-se naturalmente às questões supracitadas. Destarte, chega-se também à conclusão de que a economia e a administração exclusivamente profissionais correspondem, na verdade, aos comandos particularizados (micro) de qualquer modelo de gestão concebido para dar conta de uma certa materialidade das relações sociais mais amplas; materialidade esta, lembre-se, objeto de tratamento pela economia política e a administração política. Em outros termos, trata-se das contrapartidas localizadas, necessárias à consecução dos fins que emergem dos conflitos estabelecidos no âmbito das relações sociais mais amplas, dada a correlação de forças presente na sociedade; o que termina por remeter a uma importante consideração, a de que tais fins poderão ser considerados mais ou menos virtuosos ou até mesmo espúrios. Assim, a gestão da materialidade das relações sociais no âmbito micro, de que tanto se ocupam o economista e o administrador profissionais, e que muito desperta a atenção do teórico de uma suposta ciência da organização, não passa da implementação do modelo de gestão concebido para tratar da materialidade das relações sociais mais amplas. Ora, se toda gestão das relações sociais, seja no âmbito macro, seja no âmbito micro, é política, resulta que, rigorosamente, a expressão administração política, conforme a acepção dada pelo autor, torna-se redundante. Contudo, pode-se também argumentar que sua proposição permanece válida, em virtude da histórica dominância das visões “científicas” mais estreitas, tanto para a administração como para a economia: esta, com fundamentação essencialmente nas teorias neoclássicas; aquela, como seu ramo auxiliar, dirigindo-se quase exclusivamente para a órbita das corporações privadas. De qualquer sorte, a discussão em torno da administração política enquanto essência mesma de uma ciência administrativa merece maiores aprofundamentos; e ninguém mais que o próprio Reginaldo Santos parece estar autorizado para essa tarefa.

Resta, ainda, uma consideração. A “descoberta” de que é a gestão e não a organização o verdadeiro objeto caracterizador da ciência da administração, representa por si só um importante passo para o desenvolvimento de sua própria epistemologia. Contudo, pode-se constatar também que resulta ser o verdadeiro objeto da administração (a gestão, aqui não importando se macro ou micro, conforme anteriormente tratado) um tanto estreito; porque, definidos no âmbito das relações sociais mais amplas — com todos os antagonismos e contradições inerentes — *o que, quanto, por*

que e para quem produzir e também o *como distribuir* os resultados da realização da produção, o *como fazer* encontra já aí os seus próprios limites. Noutras palavras, e tomando-se de empréstimo, *grosso modo*, os termos da chamada Escola Francesa da Regulação, definido o modo de regulação dominante do capitalismo, é de se esperar que o modelo de gestão caia como que *por gravidade*. Isso, contudo, não deve desencorajar os estudantes e profissionais de administração que porventura venham a se aperceber disso, muito menos os que apresentam sensibilidade para tais discussões. Pois aquelas primeiras questões, se bem conformam um campo, objeto de tratamento natural por parte da economia, de fato não constituem uma propriedade exclusiva dos teóricos e profissionais dessa ciência (do mesmo modo que o *como fazer* não constitui monopólio dos que militam na ciência administrativa). Assim, também o teórico e o profissional da administração têm o que contribuir, na esfera das discussões mais profundas (envolvendo, portanto, não apenas a questão da gestão, como também as da produção e distribuição), desde que apreendam o caráter essencialmente político de sua disciplina científica, quer dizer, que sua ciência social, embora tida como aplicada, é perpassada pela política. E é justamente nesse sentido que o ensaio de Reginaldo Santos se apresenta como um convite à reflexão; de outro modo, seguirá também sendo um valioso antídoto contra parte apreciável da apatia e das vulgaridades teóricas que pululam atualmente no campo da ciência da administração.

Referências

- BRAGA, José Carlos de Souza. *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 195-242.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995. p. 174-175.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-86

aqui, ou
alhores,
cabe uma
nota,
informando
qual ensaio

- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- OHMAES, Kenichi. *O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.